

PREÂMBULO

Estudos sobre a igualdade entre mulheres e homens

Agradeço à Dr.^a Virgínia Ferreira a generosidade deste convite que me deixa ligada a dois números chave da *ex aequo*.

Muito deve o caminho para a igualdade entre as mulheres e os homens aos “estudos sobre as mulheres”.

A visibilidade das mulheres sujeitos, o fim do padrão pseudo neutro, a compreensão da desigualdade, o valor igual do diferente, o apuramento dos conceitos, a medição das assimetrias, a operacionalização das estratégias, a recusa da tirania dos “papéis sociais específicos”. E também o risco, o golpe de asa, a polémica.

Os “estudos sobre as mulheres” têm ajudado a entender a diversidade dos modos de vida e a legitimar outros olhares sobre a vida.

Têm ajudado as mulheres a tomar a palavra e a dizer de si.

Têm ajudado a mudar as leis, a fazer evoluir diversas áreas do saber, a sustentar a defesa de progressos nos compromissos internacionais, a promover mais justiça.

Os “estudos sobre as mulheres” permitiram que se chegasse à extrema simplicidade de tornar claro que a humanidade é dual, pelo que as respostas geradoras de bem estar e de desenvolvimento sustentado só fazem sentido nos Estados de direito democráticos, se o forem, de modo igual, tanto para os homens como para as mulheres.

Os “estudos sobre as mulheres” evidenciaram que o masculino universal corresponde a uma abstracção sem realidade pelo que não pode constituir-se nem pretender-se paradigma de uma universalidade entendida como neutra. Não há seres humanos neutros. Há homens e há mulheres. E as mulheres reconhecem-se tanto no masculino artificialmente feito neutro, como os homens se reconheceriam num hipotético feminino feito neutro. Quando se pretende rigor nas análises e eficácia nas soluções, trabalhar com base em conceitos como “população” ou “mão-de-obra” revela-se insuficiente e traduz-se em vulnerabilidade.

Os ‘estudos sobre as mulheres’ em Portugal têm feito um caminho de progresso e têm inspirado outra investigação. Muito se deve nesse caminho à *ex aequo* e à Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, cujo nascimento entusiasmado e expectante recorde, com o gosto do tempo e a admiração continuada pelo que foi possível realizar.

Considero que o desenvolvimento desta área ajuda a permitir que se fale agora de “estudos sobre a igualdade das mulheres e dos homens”.

Em primeiro lugar, porque sendo hoje claro que os homens não são paradigma, não poderá haver “estudos sobre as mulheres” que não envolvam também “estudos sobre os homens”.

Em segundo lugar, porque há situações de desvantagem social para os homens geradas pelas mesmas teses sobre “papéis específicos em função do sexo” que determinaram em larga medida a generalidade das desvantagens que

continuam a afectar as mulheres, as quais têm expressão mais óbvia nas assimetrias face ao acesso e progressão no mercado de trabalho e na actividade económica, face aos ganhos e aos rendimentos, face à participação no processo de decisão na esfera pública e política, face ao exercício da violência em função do sexo, independentemente do contexto em que a mesma tenha lugar.

Assim, parece evidenciar-se indispensável uma abordagem sistemática da situação das mulheres e dos homens face à vida e às relações sociais como pressuposto para a análise e o aprofundamento de diversas áreas do conhecimento.

Ou seja, parece legítimo o questionamento sobre a pertinência de, ao menos as Ciências Humanas no seu sentido mais lato, poderem permitir-se, actualmente, dispensar a transversalização da dimensão de género.

É meu entendimento que o grau de exigência democrática dos nossos dias é incompatível com a ausência da promoção da igualdade entre mulheres e homens em todas as esferas da vida. Pelo que todos os ramos do conhecimento que possam influenciar este domínio e os respectivos/as académicos/as, investigadores/as e docentes deverão contribuir, quer na perspectiva da investigação e da inovação, quer na perspectiva da formação, designadamente de nível superior ou avançado dos seus recursos humanos.

Como se poderá esperar de futuros educadores, gestores e operadores jurídicos ou económicos — entre outros — que promovam, na sua área de actuação profissional, a igualdade entre mulheres e homens a que estão vinculados pela Lei Fundamental do Estado em que vivem, se as Universidades em que se formaram nem sequer abordaram a questão, não a problematizaram, nem forneceram instrumentos de natureza teórica ou prática para que fosse possível alcançar o objectivo pretendido?

Espero que o II Plano para a Igualdade entre as Mulheres e os Homens possa encorajar a investigação neste domínio e a criação ou o aprofundamento dos instrumentos necessários a que a igualdade entre as mulheres e os homens constitua uma dimensão imprescindível da formação superior de qualquer pessoa em Portugal.

Lisboa, Dezembro de 2001

*Maria do Céu da Cunha Rêgo
Secretária de Estado para a Igualdade*